

RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES NO BRASIL: UM ESBOÇO HISTÓRICO*

Francisco César Alves Ferraz**

Palavras chaves: *Forças Armadas; História do Brasil contemporâneo; política brasileira.*

Resumo: *Este artigo visa oferecer um esboço histórico das relações políticas entre as elites militares e civis no Brasil, bem como suas conseqüências e alguns de seus problemas contemporâneos.*

1- Conceituações iniciais

Falar das relações entre civis e militares no Brasil contemporâneo significa, essencialmente, abordar a história de seu relacionamento no âmbito da política

O significado histórico dessas relações é fundamental para o entendimento dos desafios enfrentados atualmente pela consolidação das estruturas democráticas no país e em seus vizinhos latino-americanos. Assim, pretendo mostrar, através de um estudo contemplando diversas dimensões do exercício político militar e civil, as mudanças dos padrões de seu relacionamento, enfatizando o período compreendido entre a

* Condensei nesta versão dois trabalhos apresentados em circunstâncias e públicos diversos: um deles é o ensaio "O peso do passado e as incertezas do futuro: Forças Armadas e Política no Brasil", apresentado na *4th International Conference on the Americas*, University of South Florida, Tampa, em 30 de janeiro de 1998, para um público acadêmico. O outro trabalho foi a conferência "Militares e Civis na Política Brasileira", proferida no *Democratic Sustainement Course*, a convite da *U.S. Army School of the Americas*, Fort Benning, Georgia, em 07 de maio de 1998, para oficiais militares dos Estados Unidos e América Latina. Mantive, neste artigo, a estrutura de exposição das conferências, deixando no final do artigo as referências sobre as fontes e a bibliografia utilizada.

** Professor do Departamento de História - Universidade Estadual de Londrina-PR.

participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e o final deste século, bem como os problemas deles decorrentes, ainda à espera de resolução.

Como é notório, uma parte substancial dos problemas atuais está diretamente relacionada com uma pesada herança de um passado (bem) recente, em que os militares brasileiros foram os principais atores políticos da República. Desta maneira, na primeira parte deste trabalho, colocarei em evidência o processo histórico de conquista gradual dos espaços políticos pelas Forças Armadas, dentro do aparelho de Estado e fora dele. Em seguida, destacarei seus atuais níveis de expressão e participação, assim como seus principais problemas e preocupações, sob o prisma das transformações políticas e estratégicas mundiais e da consolidação das estruturas democráticas formais, a partir dos anos noventa.

2- Oligarquias *versus* oficiais profissionalizados

Deve-se dizer, preliminarmente, que todas as Forças Armadas em todos os países participam, de alguma forma ou outra, dos assuntos políticos dos Estados nacionais aos quais pertencem. O que sempre diferenciou a participação militar na vida política de países como o Brasil e outros da América Latina é que, nestes, desde o início do século, nota-se crescimento do poder autônomo da instituição militar ou de parte dela sobre a sociedade civil, sem muitas possibilidades de controle da sociedade não-fardada. Este fenômeno, que podemos chamar de militarismo, não se circunscreve apenas aos golpes e governos militares, mas a todo conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político.

A tradição de envolvimento da instituição militar brasileira na política é tão antiga que, muitas vezes, esquece-se de que houve tempos, como no século passado, em que os poderes civis exerciam o controle efetivo das Forças

Armadas: Câmara e Senado discutiam e definiam as políticas militares, como o orçamento, recrutamento, organização estrutural, assim como as políticas de defesa interna e externa.

No entanto, essa subordinação militar ao poder civil apenas aparentemente era harmoniosa. A aristocracia agrária brasileira não confiava nas tropas regulares, preferindo criar uma força armada de proprietários que fosse capaz de garantir a ordem interna e seu poder regional, a Guarda Nacional, nascida em 1831. Marginalizado, ao Exército eram delegadas, além da defesa externa, as missões mais espinhosas da manutenção da ordem interna, às quais uma Guarda Nacional enredada com o mandonismo local era incapaz de enfrentar, como as grandes revoltas sociais do Império. Como consequência o Exército acabava por lograr um baixo grau de prestígio entre a população em geral.

Em meio a essa hostilidade das elites civis, o Exército recolhia-se em suas atividades profissionais, visando seu aperfeiçoamento institucional. O sistema educacional militar expandia-se, tornando seu ensino mais técnico. Jovens de pouca fortuna ganhavam acesso à carreira militar, tornando a força cada vez menos aristocratizada.

Por seu lado, enquanto a sociedade brasileira mantinha uma parcela insignificante de pessoas integradas ao processo político, o Exército, ao “proletarizar-se” e aperfeiçoar-se profissionalmente, se politizava.

A participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) — e principalmente a sucessão de equívocos estratégicos, problemas logísticos e a omissão da classe política frente ao sacrifício de sangue dos combatentes — contribuiu para o fortalecimento político dos militares, convencidos que a guerra fora ganha *apesar* dos políticos do Império.

Indispostos com a elite parlamentar civil, percebida como ociosa e inútil, os oficiais foram construindo gradativamente uma auto-imagem institucional que, em contraste, valorizava suas qualidades de honestidade, culto à

nacionalidade e imunidade à corrupção.

Interessados no progresso industrial, na abolição da escravidão, na moralização da política e do país, os militares brasileiros acalentavam crescentemente a idéia de intervenção como uma ação ao mesmo tempo modernizadora e instauradora de um espaço político ao qual a instituição faria jus, pela sua lealdade, disciplina, patriotismo e organização.

Uma ação militar precipitou, em 1889, o fim da Monarquia e uma mudança fundamental nas relações de poder entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira: a partir de então, esta jamais poderia prescindir daquelas no jogo político.

No entanto, a “República da Espada” durou pouco. Na luta pelo poder, a instituição militar sucumbiu à força das oligarquias regionais que, reorganizadas, dominariam o país nas décadas seguintes. Retornando aos quartéis, as lideranças militares se deparavam com problemas institucionais que, na verdade, apenas repercutiam os principais problemas nacionais, como a falta de uma infra-estrutura industrial, vital para a autonomia bélica, e os baixíssimos níveis educacionais e sanitários da população brasileira, que repercutiam na qualidade do recrutamento das tropas pelo Brasil. As questões fronteiriças que poderiam desencadear a ação efetiva da defesa externa foram resolvidas através da arbitragem, o que evitou desnudar a indigência bélica das Forças Armadas brasileiras na virada para o século XX.

A consciência dessas debilidades produziu, nos jovens oficiais, ímpetos modernizantes, o que acabava por associar-se, inevitavelmente, à idéia de que a defesa nacional estava ameaçada pela fraqueza interna.

A definição da missão militar tornava-se cada vez mais clara. Somente um país preparado economicamente e desenvolvido socialmente poderia defender-se com eficiência, assegurar sua soberania, desfrutar do respeito de outras nações e garantir sua participação nos processos decisórios globais. Mais que uma aspiração institucional, fortalecer o Exército e desenvolver a nação tornava-se um projeto político.

Contudo, as amargas e sofridas vitórias contra os movimentos messiânicos de Canudos (1895-1897) e Contestado (1914-1915) e a revolta dos marinheiros contra as punições físicas dos tempos da escravidão (1910) mostraram a dificuldade de convivência dos ideais modernizantes dos oficiais com as práticas retrógradas e recursos obsoletos do aparelho militar brasileiro no início deste século.

Algumas tentativas de transformação dessa realidade foram executadas: estágios de jovens oficiais no exterior, missões estrangeiras nos estabelecimentos de ensino militar, aquisições de armamentos e a organização de uma política de serviço militar obrigatório foram algumas das respostas dadas pelas lideranças institucionais a essas dificuldades.

Se essas medidas tiveram o mérito de reforçar os padrões profissionais do militar brasileiro, por sua vez politizaram mais ainda seus oficiais, que se viam como membros de um grupo político que reunia competência, organização e espírito de corpo. No entanto, do lado das elites oligárquicas, se repetia a resistência em fortalecer em demasia a instituição militar, um poder potencialmente desestabilizador e resistente à velha ordem.

Reagindo contra o desprezo que a elite oligárquica civil destinava aos problemas da preparação para a defesa nacional e, portanto, do que entendiam ser a base do desenvolvimento do país, o movimento tenentista, nos anos 20, foi produto dessa profissionalização politizadora. Eram jovens oficiais, recém saídos da academia militar, que se opunham não apenas ao sistema político mas também aos superiores que lhes eram coniventes. Se puseram a marchar pelo país, fazendo a “propaganda armada da revolução” e, ocasionalmente, entrando em combate contra os chefes políticos locais, forças policiais estaduais e mesmo o Exército regular. O fracasso deste em conter as ações de guerrilha da “Coluna Prestes”, como ficou conhecida esta marcha que percorreu o Brasil de Norte a Sul entre 1924 e 1927, tornou flagrante a fraqueza tática e bélica das forças regulares

terrestres.

Devido a essa verdadeira epopéia armada, no final da década de 20, os tenentes chamaram as atenções de grupos que, mesmo pertencendo a oligarquias regionais, planejavam a oposição à hegemonia das oligarquias dos Estados cafeicultores. Mas os jovens oficiais rebeldes não queriam apenas o papel de coadjuvantes, mas de protagonistas. Autoconcebidos como “revolucionários”, tornaram-se, em suas divisões à direita e à esquerda, os modelos de ação militar na política nas décadas seguintes. Suas propostas encontravam alguma repercussão entre setores civis de oposição e/ou dissidência oligárquica.

Na impossibilidade de tomar o poder pela fraudulenta via eleitoral, esses grupos dissidentes civis vislumbravam com simpatia a via armada, logo batizada de “revolução”. Foi estruturada, assim, a coalização da força militar dos tenentes e de algumas das lideranças mais antigas do Exército para derrubarem o governo e tomarem o poder, em 1930.

Destarte, seja como parte integrante da estrutura de poder estatal (como no caso da “Revolução de 30” e do Estado Novo), seja como oposição armada de esquerda ao regime (Levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935), a instituição militar constituiu-se em variável fundamental, senão a mais importante, dos cálculos políticos do poder no Brasil. E agora, com a aquiescência e mesmo o estímulo de grupos da sociedade política civil para a ascensão ao poder. Qualquer deliberação governamental sobre as estruturas políticas do país, seu desenvolvimento econômico e industrial, sua política externa, tinha nos militares interlocutores interessados e assíduos.

3 - A Era Vargas: a formação dos “partidos militares” e seus conflitos

Deste modo, enquanto se consolidava a centralização do Estado Nacional brasileiro após o movimento político-militar

de 1930, num lento processo em que as elites regionais iam sendo aos poucos neutralizadas e o Estado Nacional ganhava cada vez mais terreno para a hegemonia dos grupos ascendentes, as Forças Armadas, parte integrante deste Estado Nacional em consolidação, também passavam por um processo de fortalecimento organizacional e político.

Tratava-se, basicamente, de evitar que as divergências entre os vários grupos políticos, que se formaram dentro da organização militar, ameaçassem as bases da hierarquia e disciplina institucionais.

Perante esse problema, nos anos 30 e 40, as lideranças militares — com o general Góes Monteiro à frente — se esforçaram por cooptar a jovem oficialidade, em benefício do incremento organizacional do Exército. Evoluiu-se, assim, da situação de politização *no* Exército para a formulação de uma política *do* Exército.

Essa reunião de objetivos comuns teve seu paradigma no Estado Novo, onde as Forças Armadas se tornaram o sustentáculo e o ponto de coesão do sistema político. A organização militar, que já havia procedido a uma “limpeza ideológica” em seus quadros, após o levante comunista de 1935, se tornara a fiadora e sócia do regime.

Na aglutinação dos interesses entre este Estado militarizado e as elites civis estava a base do que seria conhecido posteriormente como a vertente brasileira da Doutrina da Segurança Nacional: o projeto de viabilização do Brasil como potência militar e econômica, e o anticomunismo. Em outras palavras, a incorporação de um projeto de desenvolvimento e de defesa nacional à criação e manutenção de uma estrutura de segurança interna.

Embora o projeto de potência colidisse com a triste realidade econômica e social dos anos 40, a idéia de missão para o militar brasileiro passava a incorporar este plano de grandeza. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as principais lideranças institucionais vislumbravam a adesão a alguma potência beligerante, para viabilizar os recursos

necessários ao desenvolvimento auto-sustentado. A potência norte-americana acabou sendo a aliada à qual se direcionou a aspiração de desenvolvimento.

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças norte-americanas, foi um divisor de águas na história das Forças Armadas brasileiras. Foi uma experiência que, de várias maneiras, jamais seria esquecida pelos seus integrantes. Em primeiro lugar, a experiência de combate para seus membros foi de fundamental importância para mudar a mentalidade militar brasileira, tanto em termos de doutrina militar (mudança da postura militar defensiva para ofensiva) quanto em termos de direcionamento político, com os oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) liderando, a partir de então, a tentativa de acrescentar a agenda da defesa hemisférica interamericana à sua consolidada tradição de envolvimento político.

A experiência da FEB deixou profundas marcas não só no grupo de oficiais que dela fizeram parte, como também na própria estrutura organizacional e doutrinária das Forças Armadas no Brasil. A preparação nas escolas militares americanas, a vitória no teatro de operações europeu contra um inimigo de respeitável tradição bélica, a convicção da necessidade de um aparato logístico e material então impensáveis no Brasil dos anos quarenta, a confiança na amizade inabalável entre as duas nações aliadas, a certeza da descoberta do potencial brasileiro para o desenvolvimento, a invocação dos sucessos da livre-iniciativa e dos ideais da democracia representativa, a convivência de oficiais com a organização e a *establishment* militar norte-americano, foram, para os oficiais da FEB, uma verdadeira abertura de horizontes.

Para oficiais brasileiros, esses horizontes abertos poderiam aprimorar sua ação política. Durante a guerra, já ocupavam cargos e responsabilidades originalmente civis, como as direções do Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), Comissão de Abastecimento (1939), Companhia Siderúrgica Nacional

(1940), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940), Coordenação de Mobilização Econômica (1942) e, obviamente, o Conselho de Segurança Nacional.

Tal participação na guerra conferiu aos oficiais segundo o historiador Frank Mc Cann, “experiências variadas, como administradores, negociadores, planejadores e líderes de combate, o que aumentou o conhecimento dos oficiais das forças políticas e econômicas e dos métodos tecnológicos, fazendo com que se comprometessem como nunca com o desenvolvimento nacional (Mc Cann, 1982, p.103)”.

Essa participação ativa nos negócios públicos foi fruto de duas contingências. Por um lado, a formação obtida nas academias militares e na gestão dos negócios públicos fazia do oficialato superior uma alternativa ao estado ainda embrionário do sistema de ensino universitário brasileiro, principalmente para as carreiras de administração pública e privada.

Por outro lado, apenas acompanhava uma tendência mundial do pós-guerra: segundo o estudo de Morris Janovitz sobre as Forças armadas norte-americanas do pós-guerra, o administrador militar, ao longo de sua carreira, travava com cada vez mais freqüência contatos com diversas empresas e organizações civis, públicas e privadas.

Assim, uma parte significativa de oficiais de Estado-Maior que participaram da FEB, intimamente ligados a todas essas experiências, esforçaram-se por socializá-las a grupos civis sabidamente receptivos, encontráveis tanto entre membros selecionados do poder público quanto entre os representantes das frações de classe conectadas aos setores mais dinâmicos do capitalismo no Brasil: os grupos industriais e financeiros ligados à transnacionalização capitalista do pós-guerra. A partir dessa troca de experiências e apoios, foi sendo urdida uma *intelligentsia* de origens militares e civis, com alguns projetos e preferências políticas em comum.

A criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, traduziu institucionalmente a formação desses grupos.

Reunindo elites militares e civis para cursos sobre Segurança Nacional, seu maior impacto foi mais político que propriamente acadêmico: foi o ponto de encontro de militares e civis para o debate e ação política a partir de algumas pautas em comum. Foi uma decorrência natural do amalgamento das diversas experiências e trajetórias de vida pública acima traçadas. Seu primeiro Comandante e organizador, general Cordeiro de Farias, lembra:

O impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças nacionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio, mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo. A ESG era um meio para isto, e a ESG brotou da experiência da FEB (Entrevista, citada em STEPAN, 1975 : 178).

Com efeito, as preocupações militares com a segurança nacional eram plasmadas na discussão e elaboração de um projeto para o crescimento do país, projeto este voltado para o exemplo americano aprendido durante a vivência com as estruturas militares e empresariais dos Estados Unidos, desde a formação até a dissolução do FEB.

É o momento em que uma parcela cada vez maior do oficialato brasileiro vai ocupando postos e cargos civis. No setor público,

em meados da década de 50, era comum encontrar militares como ministros dos Transportes e de Obras Públicas, ou da Agricultura; Governadores de Estados e de Territórios; Chefes da Polícia estaduais; presidentes da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Comissão Nacional de Rádio, da Comissão da Marinha Mercante e da Comissão de Energia Atômica; diretores da Rede Ferroviária Federal, dos Correios, da Fábrica Nacional de Motores e do Banco de Desenvolvimento. Oficiais serviam como membros do Conselho Nacional

do Petróleo, de grupos de Desenvolvimento Regional e Nacional, de Juntas de estudos econômicos e da Comissão sobre a exportação de materiais estratégicos (Mc Cann, 1982, p.103).

No setor privado, com a procura cada vez maior por técnicos e pessoal com experiência gerencial e administrativa, os oficiais também foram adentrando, como diretores e/ ou acionistas de companhias privadas.

Neste sentido, é reveladora, na trajetória do alto oficialato entre 1945 e 1964, a formação de um grupo com pontos em comum na carreira: ter sido expedicionário, ter cursado escolas militares no exterior principalmente nos Estados Unidos e ter sido estagiário e/ ou membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Permeando esta trajetória, o ativo contato com elites empresariais brasileiras e mesmo estrangeiras, o casamento de interesses, a união de forças políticas em comum.

Mas as Forças Armadas brasileiras, nos anos 50 e 60, estiveram muito distantes da homogeneidade política. Ao lado dos grupos acima citados, formavam-se outros, de viés nacionalista, que denunciavam as estratégias de integração ao sistema de Segurança Hemisférica sob liderança norte-americana, como lesivos aos interesses nacionais.

O confronto entre esses dois grupos, inevitável, dividiu politicamente não apenas as Forças Armadas como a própria nação. A “Campanha do Petróleo” colocou os oficiais adversários em evidência no cenário político nacional, definindo suas plataformas políticas e os grupos civis aliados. O grupo identificado pela Escola Superior de Guerra traria consigo os partidos e associações mais conservadores, através de uma aliança em que as noções de abertura ao capital estrangeiro, livre-empresa e anti-comunismo conviviam com as remanescências mais seculares da manutenção da ordem social, especialmente no campo.

Os militares identificados como nacionalistas

possuíam o apoio de partidos vinculados ao populismo e, de certo modo, das esquerdas. Estas acreditavam contar com o apoio de militares e empresários nativos para a realização de uma revolução democrático-burguesa, embora muitos dos representantes do nacionalismo militar não se sentissem à vontade com essa companhia.

Dessa maneira, os anos que se seguiram foram momentos de inflexão estrutural na unidade das Forças Armadas brasileiras, divididas entre vários grupos, todos com ligações formais e informais com as elites políticas civis, à esquerda e à direita.

Aglutinados progressivamente, os grupos da elite militar e civil identificados pelos ideários da Guerra Fria e do desenvolvimento capitalista multinacional-associado, constituíram-se nos principais agentes da preparação e consolidação do golpe de Estado de 1964.

4- Os militares no governo

Apesar dos expurgos aos militares considerados “nacionalistas”, ou suspeitos de convicções “de esquerda”, o regime inaugurado em 1964 trazia em si todas as contradições e divisões das Forças Armadas brasileiras. Passada a euforia do golpe vitorioso, pelo menos duas alas sobressaíram-se na tentativa de garantir a hegemonia dentro do aparelho militar e fora dele. De um lado, o grupo de oficiais de alguma maneira identificados com a Escola Superior de Guerra (ESG), que tendia a perceber o controle militar direto do aparelho do Estado como algo passageiro, com prazos fixados para conclusão do “saneamento” da política e do Estado brasileiro. Era o grupo que desfrutava de relações mais sólidas com a tecnocracia civil e o empresariado nacional e multinacional-associado. De outro lado, grupos diversos de oficiais, que possuíam em comum com os primeiros a aversão ao comunismo, mas diferenciando-se claramente daqueles ao postular políticas de cunho mais nacionalista (especialmente no tocante aos

recursos naturais) e nas práticas da mais violenta repressão política.

Essa disputa interna não foi inócua à instituição armada. O movimento militar de 1964 fora justificado, pelas Forças Armadas, em virtude das ameaças à integridade e disciplina militares. Mas a participação política das Forças Armadas estava tão impregnada em sua concepção de missão profissional que institucionalmente os limites entre a política dentro do quartel e aquela do lado de fora esvaeciam-se. Paradoxalmente, quanto mais poder político e institucional amealhava, mais eram ameaçadas suas bases fundamentais, como a centralização do comando, a estrutura hierárquica, a capacidade de responder com um mínimo de unidade institucional aos problemas colocados, problemas estes que, por sinal, confundiam-se com quaisquer problemas da nação, dada a abrangência holística da doutrina de Segurança Nacional.

Devido a um corpo doutrinário que militarizava o todo social, a instituição militar acabava por ser confundida com o governo que então dirigia. Em circunstâncias favoráveis de crescimento econômico e razoável fluxo de recursos internacionais, tal confusão já causava fissuras internas na corporação, interferindo desde a nomeação de oficiais superiores a cargos militares e não-militares (na administração direta e indireta) até a alocação de recursos e prioridades para a defesa interna, bem como no crescimento exacerbado da chamada “comunidade de informações”.

Os espaços de poder político eram ampliados para os militares não apenas no Governo Federal, mas também nos comandos e chefias das polícias estaduais, secretarias estaduais de segurança pública e, mais grave, em grupos paramilitares de ação anticomunista, caracterizados pela extrema violência aos direitos humanos e pela larga autonomia dentro da instituição.

O “Milagre Econômico” coincidiu com a repressão sistemática à luta armada de esquerda, que ao lutar contra um governo ditatorial, na verdade lutava contra a instituição

militar.

Com a crise mundial de 1973, o projeto militar do “Brasil-Potência” acabou por naufragar, e com ele afundava também o apoio político que restava de segmentos importantes da sociedade civil.

Acostumada a perceber os militares brasileiros de maneira instrumental, as elites políticas civis não introjetaram nem endossaram completamente a doutrina de Segurança Nacional. As vozes contra o regime, antes limitadas aos vários agrupamentos de esquerda e centro-esquerda, e devidamente abafadas, senão silenciadas, agora tinham a companhia daqueles que viviam à sua sombra, e que súbita e ruidosamente proclamavam-se a favor do fim da ditadura militar, da retomada das liberdades democráticas e do restabelecimento dos direitos civis.

Para as Forças Armadas brasileiras — e principalmente para o Exército, sua Arma politicamente hegemônica — a situação no início do governo Geisel, em meados dos anos setenta, mostrava-se extremamente preocupante. A luta pelo exercício do poder no regime militar proporcionou tantas divisões políticas internas às Forças Armadas, que colocavam em xeque sua unidade, disciplina e capacidade operacional para as funções às quais foram profissionalmente preparadas. Somado a esse problema, cada vez mais isolada da sociedade, a instituição militar percebia que seria a única a arcar com o ônus de equívocos e crimes dos quais seus antigos parceiros civis de governo estavam tentando distanciar-se.

Frente a todos esses problemas, a “Política de Distensão” do governo do general Geisel, visava por um lado garantir a autoridade central sobre as Forças Armadas, e por outro preservar um espaço de ação para os militares na política brasileira.

O primeiro objetivo foi, institucionalmente, mais difícil. O projeto de distensão política, levada a termo por militares do grupo do general Castello Branco (na maioria, ligados à ESG),

implicava manobrar internamente de maneira a isolar os grupos da “linha-dura” e restabelecer a autoridade e comando central sobre a corporação. Foi um processo completado apenas no governo do general seguinte, João Figueiredo, e ainda com alguns incidentes de certa gravidade, como atentados e explosões de bombas contra objetivos “de esquerda” executados por membros dos órgãos de repressão e da “comunidade de informações”.

O segundo objetivo consistiu na execução das fórmulas “máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável” e “descompressão lenta, gradual e segura”. A censura foi sendo paulatinamente suprimida e a anistia aos crimes políticos incluiu tanto os participantes da luta armada quanto aqueles que, na sua repressão, cometiam os mais diversos crimes contra os direitos humanos.

O mais importante a sublinhar é que os espaços fundamentais de poder político-institucional permaneceram, garantindo razoável poder de tutela aos comandantes das Forças Armadas, secundados pela chamada “Comunidade de Informações”, então mais forte do que nunca.

Do ponto de vista militar, as dificuldades se ampliavam, pois as vozes das manifestações das ruas não diferenciavam os militares ocupantes do poder político da instituição como um todo. A imagem pública da instituição militar estava bastante desgastada. Mais do que nunca, era preciso deixar o governo, sem perder, porém, o poder político.

5- Os militares fora do governo: o peso do passado e as incertezas do futuro

Em 1985, quando o último general-presidente saiu do Palácio Presidencial, muitos observadores se perguntaram: “e agora, o que os militares vão fazer? A resposta apareceu paulatinamente. Embora não ocupassem com a mesma freqüência as luzes do proscênio político, as lideranças das Forças Armadas esforçaram-se por manter seu poder

institucional. Para esse poder de tutela militar foi fundamental a aquiescência do governo civil de José Sarney. Guindado ao governo de maneira acidental, com uma débil base de sustentação parlamentar, o ex-governista Sarney apoiou sua gestão nas Forças Armadas. Em troca, a instituição militar teria seus principais pleitos atendidos. Assim, no afã de evitar atritos com os quartéis e de mostrar que, politicamente, partilhava dos mesmos princípios de ordem política e social, o primeiro governo civil após 21 anos de regime militar pouco mudou do status militar na política nacional. Os seis ministérios militares (Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas, Casa Militar e Serviço Nacional de Informações) foram mantidos, assim como o direito das lideranças militares de emitirem pronunciamentos sobre quaisquer problemas de ordem política e social da nação. As ordens-do-dia, os discursos comemorativos de datas como o Dia do Soldado, da Revolução de 1964 e da Intentona Comunista, chamavam mais a atenção de jornalistas e analistas políticos do que os discursos do presidente civil. Para estes, o elemento-chave da ordem política brasileira era ainda o Ministro do Exército, General Leônidas, conhecido como “Condestável do Governo”.

Tal influência atingiu seu ápice em 1987, com a demonstração de eficiência e organização para a ação política pelas Forças Armadas durante os debates e deliberações da Assembléia Nacional Constituinte. As principais demandas militares (manutenção da missão de defesa interna, do serviço militar obrigatório, dos ministérios militares, das atribuições da Justiça Militar, e da subordinação das polícias militares estaduais ao Exército) foram mantidas no texto final da Constituição Brasileira de 1988, premiando assim, um dos mais poderosos e atuantes grupos de pressão da Assembléia Constituinte.

Uma mudança notável ocorre, porém, na presidência de Fernando Collor de Mello. Em seu governo, foi extinto o Serviço Nacional de Informações e perderam o estatuto

ministerial o Estado-Maior das Forças Armadas e a Casa Militar. Além dessas medidas, a recusa na utilização do poder repressivo interno nos conflitos de interesses políticos e a posição pela utilização exclusivamente pacífica do programa atômico brasileiro podem ser creditadas a seu governo como grandes avanços na relação Forças Armadas-Sociedade Civil.

Em parte devido à tentativa de presidente eleito de impor sua autoridade às Forças Armadas, em parte devido ao respeito ao poder civil manifestado pelos seus ministros militares, em franco contraste com relação aos seus predecessores, em parte, por fim, às energias despendidas pela necessidade de adaptação doutrinária e profissional do militar brasileiro aos novos tempos sem guerra fria, as Forças Armadas evitaram envolver-se diretamente no exercício do poder político.

Um divisor de águas na relação entre Forças Armadas e política no Brasil foi, sem dúvida, o não envolvimento militar no processo de *impeachment* de Fernando Collor, acusado de corrupção. Durante as semanas em que o processo ocupou a atenção da opinião pública, o país foi surpreendido pelo silêncio institucional das Forças Armadas. Foi um feito inédito: numa das crises de maior envergadura na história política brasileira contemporânea, as Forças Armadas não interviram, limitando-se a pronunciar, publicamente, seu respeito aos procedimentos jurídicos e constitucionais de impedimento e substituição do presidente.

Alguns fatos contribuíram para a não-intervenção. Em primeiro lugar está, com certeza, o desgaste institucional provocado por anos de regime militar. Muitos oficiais superiores que hoje ocupam os principais postos institucionais — e que durante os anos do regime militar estavam ainda no período inicial ou intermediário da carreira — ressaltam, em entrevistas e pronunciamentos, que a longa duração do regime e os excessos cometidos por alguns de seus membros na repressão comprometeu seriamente o prestígio institucional das Forças Armadas. O tom, claramente auto-crítico, não

poupa, porém, setores das elites civis, que sempre correram em direção aos quartéis, quando precisavam de um aliado poderoso. Intervir novamente seria, no entender dessas lideranças militares, desastroso interna e externamente à organização militar. Em outras palavras, pragmaticamente indesejável e politicamente reprovável.

Em segundo lugar, mas não menos importantes, estão as vertiginosas transformações políticas e estratégicas do mundo contemporâneo (fim da guerra fria, globalização, alianças regionais e interblocos, agudização dos problemas ambientais, etc), que exigiram (e ainda exigem) consideráveis redefinições das atividades desejáveis para Forças Armadas de países como o Brasil. A ordem política interna, embora mantenha ainda sua importância, deixou de ser a prioridade da ação militar. Além de desgastar politicamente a instituição, a primazia anterior da segurança interna atrofiou a capacidade militar brasileira, tanto em termos de armas e equipamento, quanto em instrução, para as funções constitucionais de defesa da soberania territorial, a principal atribuição num mundo sem guerra fria. Ao invés de lutar por mais fatias de poder dentro do Estado, ou estimular apoios ou vetos às decisões políticas civis, as lideranças militares estavam mais interessadas em reajustar os soldos e reequipar as Forças Armadas, independentemente de que estiver ocupando a Presidência.

Isto não quer dizer que os militares se apolizaram. As esquerdas não deixaram de ser olhadas com desconfiança. Os conflitos societários internos (como por exemplo o Movimento dos Sem-Terra, a ocupação de terrenos urbanos pelos Sem-Teto, as greves nas polícias civis e militares) continuam monitorados com atenção pelos militares. Apesar disso, sua ação está bem distante da tutela e autonomia institucional que caracterizou o aparelho militar em anos anteriores.

Assim, em relação às Forças Armadas, as perspectivas atuais indicam que o padrão anterior de envolvimento e intervenção institucional na política brasileira

chegou ao seu ponto de exaustão nos anos que se seguiram ao final do regime militar. Com a necessidade de redefinir-se estrategicamente e recuperar a imagem ameaçada pela herança da ditadura, os militares e os órgãos governamentais ligados ao planejamento estratégico, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos, elaboram atualmente a política de Defesa e de Segurança para o país, a partir de uma perspectiva de consolidação de um Estado democrático e de Direito. O sucesso dessa iniciativa, contudo, depende ainda de uma série de avanços fundamentais dentro da instituição armada, como a formação e treinamento dos futuros oficiais para o planejamento e execução de políticas estratégicas legitimadas pela sociedade, através de seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo e — tão importante quanto a formação mais democrática dos futuros oficiais — a atenção dos diversos grupos civis para as responsabilidades políticas e estratégicas de uma relação efetivamente democrática entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A bibliografia aqui elencada foi usada, direta ou indiretamente, para a elaboração deste trabalho. Não se trata, assim, de um levantamento exaustivo, mas das obras que serviram para estruturar as reflexões das conferências, bases deste artigo.

A natureza política da instituição militar é debatida, introdutoriamente, nos verbetes "Militarismo", "Armamentismo" e "Doutrina de Segurança Nacional", de minha autoria, em SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Coord.). **Dicionário da Direita: Idéias, Personagens e Instituições (1920-1995)**. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Estudos do Tempo Presente (lançamento previsto para 1998). Para análises mais aprofundadas, Cf. JANOVIK, Morris. **O Soldado Profissional**. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1967; LEINER, Piero de Camargo. **Meia Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Sobre o Exército brasileiro no século XIX, Cf. COSTA, Vilma Peres. **A Espada de Dâmocles: O Exército entre a Guerra do Paraguai e a República**. São Paulo: Hucitec, 1996; SIMONE, Célia Camargo de. **Exército Nacional e Pacificação: um estudo sobre Caxias (1839-1853)**. São Paulo:

USP, Tese (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1979; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A fronda pretoriana*. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1972, T.2, V.5; SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994 e FERRAZ, Francisco César Alves. *A política na caserna: a formação de uma ideologia intervencionista militar na crise do Império*. **História**. São Paulo, n. 09, 1990, p.102-103.

Os problemas decorrentes do choque entre as aspirações militares de desenvolvimento e as estruturas oligárquicas são examinados em Mc CANN, Frank. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**, Recife, Guararapes, 1982, especialmente os ensaios "O serviço militar obrigatório", "A situação militar" e "O problema da missão"; CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985, T.3, V.2; FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. Numa perspectiva um pouco diferente, mas muito interessante, estão os dois volumes já publicados de João Quartim de Moraes. **A Esquerda Militar no Brasil** (São Paulo, Siciliano, 1991 e 1996).

Para as relações entre o Exército e o regime político centralizador da revolução de 1930, a principal base documental continua sendo a obra escrita do general Goes Monteiro, **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército** (Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1934). Cf. também COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976; CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política: 1930-1945*. In: **Revolução de 1930-Seminário Internacional**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1980.

A Segunda Guerra Mundial marcou profundamente as relações entre militares e civis no Brasil. Cf. CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960; Mc CANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995; MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990; BONALUME NETO, Ricardo. **A Nossa Segunda Guerra: Os brasileiros em combate-1942-1945**. São Paulo: Expressão e Cultura, 1995; MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Onde estão nossos heróis: uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra**. São Paulo: Edição do Autor, 1995.

Sobre a participação ativa dos militares nas políticas públicas, ver Mc CANN, Frank, "O problema das armas", In: **A Nação Armada...**, e o excelente BARROS, Alexandre S. C. **The Brazilian Military: professional socialization, political performance and State building**. Chicago: University

of Chicago, 1978 (PhD Thesis). Uma das mais notórias divisões internas da instituição militar, ocorrida nos debates do Clube Militar, na década de 50, pode ser observada em PEIXOTO, Antonio Carlos. *O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas*. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1993. Sobre as divisões internas da instituição militar, em sua interação com os civis, Cf. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Le participation politique des militaires au Brésil: 1945-1964**. Paris: Institute des Études Politiques, 1980. A obra de Alfred Stepan, **Os Militares na Política: Mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, é fundamental para o estudo dos militares no período anterior ao golpe militar.

Sobre a criação de elites militares e civis organizadas para a luta política, Cf. FERRAZ, Francisco César. **À Sombra dos Carvalhos: Escola Superior de Guerra e política no Brasil (1948-1955)**. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 1997; DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado- ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. Nesta obra, vastamente documentada, é também possível entender a estrutura estratégica e política do golpe militar de 1964.

O período militar pode ser analisado detidamente, através de seus próprios protagonistas, em depoimentos colhidos nas últimas duas décadas, por historiadores: Cf. CORDEIRO DE FARIAS, Osvaldo. **Meio Século de Combate**: diálogo com Aspásia Camargo e Walder de Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; GEISEL, Ernesto. **Geisel**. Entrevistas organizadas por Maria Celina de Araújo e Celso de Castro. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997; CONTREIRAS, Hélio. **Militares: Confissões - Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. O trabalho mais sistemático e abrangente continua sendo, no entanto, a trilogia sobre a memória militar, organizada por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (**Visões do Golpe; Os Anos de Chumbo - a repressão; A Volta aos quartéis**), editado pela Relume-Dumará, em 1994.

Sobre o regime militar a bibliografia é vasta. Uma boa análise comparativa entre dois tipos de interpretações diferenciadas pode ser observada em MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1995; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

O processo de abertura política do regime militar, bem como os prejuízos que a dinâmica interna do regime causou à instituição militar encontra sua análise mais completa em OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994. Com a participação deste autor e de outros membros do Núcleo de Estudos Estratégicos, foi lançado em 1987 o livro **Forças**

Armadas no Brasil (Rio de Janeiro: Espaço & Tempo). Embora algumas de suas propostas possam ser hoje discutíveis, serve tanto como meio de reflexão quanto como documento histórico de um momento crucial, que era o das definições das atribuições militares na Assembléia Nacional Constituinte. Outra obra escrita no calor da hora (e com as virtudes e defeitos dessa situação) é ZAVERRUCHA, Jorge. **Rumor de Sabres: controle civil ou tutela militar?** Estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, Argentina e na Espanha. São Paulo: Ática, 1994.

Sobre as novas perspectivas de segurança no Brasil, após o fim da Guerra Fria, Cf. MIYAMOTO, Shiguenoli. *Segurança e a Nova Ordem Internacional*. **Premissas**. Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos, n.14, dez 1996; PROENÇA JÚNIOR, Domício & DINIZ, Eugenio. *Os caminhos de Marte*. **Novos Estudos CEBRAP**. n.43, nov. 1995; FLORES, Mário César. **Bases para uma política militar**. Campinas: Unicamp, 1992; FLORES, Mário César. *Preocupações militares do fim de século: ilações sobre o caso brasileiro*. **Premissas**. n.13, ago 1996. MEIRA MATTOS. Carlos de. *A missão das nossas Forças Armadas na perspectiva da Nova Ordem Internacional*. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano VIII, n. 23, out 1992; ARAÚJO, Braz José de. **Novos padrões do pensamento estratégico no Brasil?** São Paulo: Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias-Universidade de São Paulo, 1992.

Em 7 de novembro de 1996 foi aprovada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Política de Defesa Nacional, proposta pela Câmara de relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo. Neste plano, a estratégia dissuasória de caráter defensivo está claramente estabelecida como objetivo a ser alcançado. O texto original e seus comentários estão em SARDENBERG, Ronaldo Mota e FUJITA, Edmundo Sussumo. *Uma Política de Defesa Nacional Sustentável*. **Política Externa**. V. 5, n.3, dez-fev 1997.

A atual situação das Forças Armadas brasileiras é objeto de análise de militares e civis: Cf. ALMEIDA, Luiz Fernando Walther de. *As Forças Armadas brasileiras Pós-Revolução de 1964*. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 769, 1995; CASTRO, Celso. **O Espírito Militar. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990; CASTRO, Celso. *A origem social dos militares*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.37, nov 1993; LUDWIG, Antonio Carlos. **A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática**. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992; LUDWIG, Antonio Carlos. *Uma proposta de modernização para as Forças Armadas brasileiras*. **A Defesa Nacional**. n. 766, out-dez 1994; TADDEI, Jayme. *O militar e a ética: o sonho não acabou*. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano VIII, n.23, out 1992; PEREIRA, Antonio Carlos. *Por uma política de Defesa*. **Premissas**. Campinas- Núcleo

de Estudos Estratégicos, n.14, 1996.

Finalmente, para concluir, deve-se observar que, ao invés da oposição mútua absoluta, as relações entre membros de diversos partidos, à esquerda e à direita, e as atuais lideranças das Forças Armadas têm produzidos avanços no necessário diálogo. Um exemplo é o pronunciamento de ex-guerrilheiro Alfredo Sirkis, atual Presidente do Partido Verde, reconhecendo a necessidade de uma política de segurança que atenda os interesses econômicos e ambientais do país. SIRKIS, Alfredo. *O verde e o verde-oliva*. **Folha de São Paulo**. 15 mar 1998, p.03.